

Governança da terra: reflexões a partir da política de regularização fundiária do Piauí

Rodrigo Ribeiro Costa Cavalcante
Rhubens Ewald Moura Ribeiro
Cássio de Sousa Borges
Eduarda e Silva da Cunha
Rannere Mendes de Oliveira Marques

Volume 1



Rodrigo Ribeiro Costa Cavalcante
Rhubens Ewald Moura Ribeiro
Cássio de Sousa Borges
Eduarda e Silva da Cunha
Rannyere Mendes de Oliveira Marques

Governança da terra: reflexões a
partir da política de **regularização**
fundiária do Piauí
Volume 1

Teresina
2026

SUPERVISÃO EDITORIAL

Ana Kelma Cunha Gallas

DIAGRAMAÇÃO

Kleber Albuquerque Gallas Filho

DESIGN GRÁFICO E CAPA

Ana Kelma Cunha Gallas

IMAGENS DAS SEÇÕES

Letícia Mendes (INTERPI)

REVISÃO TÉCNICA

Edson Rodrigues Cavalcante

TI DOI MANAGER

Eliezyo Silva



LESTU EDITORA, CONSULTORIA E
COMUNICAÇÃO LTDA.

Contato: editora@lestu.org
site: www.lestu.com.br
Livraria: www.lestu.org

**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ****Governador do Estado do Piauí**

Rafael Tajra Fonteles

Vice-Governador do Estado do Piauí

Themístocles de Sampaio Pereira Filho

**INSTITUTO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E PATRIMÔNIO
IMOBILIÁRIO DO PIAUÍ – INTERPI****Diretor-Geral**

Rodrigo Ribeiro Costa Cavalcante

Diretor Administrativo e Financeiro

Rannyere Mendes de Oliveira Marques

Diretor de Gestão Estratégica Fundiária

Vinicius Sales Oliveira Coelho

Diretora de Gestão Fundiária de Interesse Social

Clarecinda de Araújo Moura Jesuíno Teixeira

Diretor de Operações

Leonel Brito Lima

Diretor de Povos e Comunidades Tradicionais

Saullo Lopes Amorim Alves da Silva

Diretor de Sistemas e Inteligência Geoespacial

Rhubens Ewald Moura Ribeiro

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada por Edson Rodrigues Cavalcante 1649/CRB3

C572g Governança da terra: reflexões a partir da política de regularização fundiária do Piauí / CAVALCANTE, Rodrigo Ribeiro Costa; RIBEIRO, Rhubens Ewald Moura; BORGES, Cássio de Sousa; CUNHA, Eduarda e Silva da; ; MARQUES, Rannyere Mendes de Oliveira (Orgs.). v. 1. Teresina: Editora Lestu, 2026.

Trabalhos apresentados no I Congresso Científico do Instituto de Terras do Piauí (CINTERPI), realizado em Teresina, nos dias 2 e 3 de dez. 2025.

428 f; il.

ISBN: 978-65-85729-15-4

DOI: 10.51205/lestu.978-65-85729-15-4

1. Política fundiária- Piauí. 2. Regularização fundiária- Brasil. 3. Território e desenvolvimento regional. 4. Gestão Pública. I. Organizadores. II. Título. III. Localidade. IV. Instituição Promotora.

CDD: 333.31

Índices para catálogos sistemáticos:

Regularização fundiária - Brasil: Política fundiária - Piauí. Território e desenvolvimento regional. Gestão pública.

3

A CONSTRUÇÃO DE UM FUTURO SUSTENTÁVEL: REFLEXÕES ACERCA DA SOBERANIA ALIMENTAR NO CONTEXTO GLOBAL

The construction of a sustainable future: reflections on food sovereignty in the global context

La construcción de un futuro sostenible: reflexiones sobre la soberanía alimentaria en el contexto global

Alcebiades Costa Filho¹
Hélio Jonh Loiola Bezerra²

RESUMO

A construção de um futuro sustentável confronta o modelo global de produção de alimentos, evidenciando como as estruturas de dominação econômica e a concentração fundiária limitam a soberania alimentar e a autonomia produtiva dos territórios. Este artigo propõe discutir o modelo de monocultura, as práticas ecológicas e a experiência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), especialmente no que se refere à resistência frente à lógica hegemônica do agronegócio. Analisa-se também os impactos socioambientais decorrentes da dependência do Estado em grandes empreendimentos, que frequentemente resultam em desequilíbrios ambientais. Para isso, o estudo baseia-se em autores como Martins, Candido e Castro, que questionam o paradigma da monocultura e da exploração, apontando caminhos para o fortalecimento da justiça social e da soberania alimentar.

Palavras-Chaves: Soberania alimentar. Impactos socioambientais. Monocultura.

¹ Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense - UFF (2010). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí - UFPI (2002). Graduado em História pela Universidade Federal do Piauí - UFPI (1982). É Professor Adjunto II do Curso de História da Universidade Estadual do Piauí - UESPI e da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA. Professor do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura - PP-GSC/UESPI - Campus Poeta Torquato Neto, ORCID: 0000-0002-9467-3796, alcebiades@cchl.uespi.br

² Mestrando bolsista no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura - PPGSC/UESPI. Graduado em Geografia pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI. Especialização em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável., ORCID: 0009-0006-7829-3677, heliobezerra@aluno.uespi.br

ABSTRACT

The construction of a sustainable future challenges the global model of food production, highlighting how structures of economic domination and land concentration restrict food sovereignty and productive autonomy within territories. This article aims to discuss the monoculture model, ecological practices, and the experience of the Landless Workers' Movement (MST), particularly regarding its resistance to the hegemonic logic of agribusiness. It also examines the social and environmental impacts resulting from the State's dependence on large-scale enterprises, which often lead to ecological imbalances. To this end, the study draws on authors such as Martins, Candido, and Castro, who question the paradigm of monoculture and exploitation, offering pathways toward strengthening social justice and food sovereignty.

Keywords: Food sovereignty. Socio-environmental impacts. Monoculture.

RESUMEN

La construcción de un futuro sostenible confronta el modelo global de producción de alimentos, evidenciando cómo las estructuras de dominación económica y la concentración de la tierra limitan la soberanía alimentaria y la autonomía productiva de los territorios. Este artículo propone discutir el modelo de monocultivo, las prácticas ecológicas y la experiencia del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST), especialmente en lo que se refiere a la resistencia frente a la lógica hegemónica del agronegocio. Asimismo, se analizan los impactos socioambientales derivados de la dependencia del Estado en grandes emprendimientos, que frecuentemente resultan en desequilibrios ambientales. Para ello, el estudio se basa en autores como Martins, Candido y Castro, quienes cuestionan el paradigma del monocultivo y de la explotación, señalando caminos hacia el fortalecimiento de la justicia social y la soberanía alimentaria.

Palabras clave: Soberanía alimentaria. Impactos socioambientales. Monocultivo.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo propõe-se a examinar a agricultura enquanto prática sustentável e sua presença tanto nos espaços rurais quanto urbanos desde a formação das primeiras sociedades humanas. Historicamente, a produção de alimentos próxima às áreas urbanas representava uma

estratégia fundamental, seja pela redução do esforço de trabalho, tempo para obtenção do recurso e segurança ao cultivar em áreas movimentadas.

Esses fatores, fortaleceram a autonomia alimentar urbana, permitindo o reaproveitamento dos espaços na integração do solo das cidades em formação segundo Mazoyer e Roudart (2010). Desse modo, as razões que levaram a permanência das práticas agrícolas nas cidades, ocorre devido as necessidades da massa popular por subsistência e aproveitamento dos espaços em atividades com finalidade de função social.

Sob tal perspectiva, a prática da agricultura não apenas ajudava a mitigar a escassez de alimento em épocas de crise, guerra e isolamento, como também representa a força da resiliência local segundo Viljoen, Bohn e Howe (2005). Além disso, os espaços para o cultivo sempre foram vistos como locais de encontro, tanto em relação as trocas comerciais, assim como, para os saberes. Esses espaços de convivência comunitária é, portanto, relacionado através da produção de alimento, na qual, é fundamental para origem das primeiras cidades.

Este estudo justifica-se na medida em que o modelo atual de produção de alimento prioriza a separação entre atividade do campo e atividade da cidade, na qual, proporciona centralidade e gerenciamento do poder em uma rede para o controle social. Logo, a substituição do agricultor por máquinas e insumos químicos, possibilitou a maximização da produção em favor do mercado para o lucro monetário, onde países menos desenvolvidos, especialmente no caso da América Latina, são obrigados a permanecer em uma subalternização das necessidades e dos modelos propostos por potências estrangeiras do Norte global, ao mesmo tempo, faz com que a raiz do movimento local que parte dos saberes ancestrais e sustentáveis, cada vez mais sejam desvalorizados perante a lógica dominante.

2 REFLEXÕES ACERCA DA SOBERANIA ALIMENTAR NO CONTEXTO GLOBAL

O sistema atual para produção de alimento mante-se desde o século passado, após a Segunda Guerra Mundial, surgido por volta de 1960 e 1970, conhecido como Revolução Verde, foi a responsável por um conjunto de inovações tecnológicas no campo da agricultura que se segue

até os dias atuais, como a implementação de fertilizantes, agrotóxicos, seleção de sementes e dentre outras inovações.

Nesse contexto, as mudanças no sistema produtivo, conseqüentemente afetaram as estruturas socioculturais, outrora, gerou impactos, os quais incluem: o aumento exponencial da produtividade em áreas antes protegidas, aumento da violência a comunidades quilombolas, indígenas e de agricultores familiares, assim como, as transformações econômicas e sociais, através do uso intensivo de recursos que atingem diretamente o meio ambiente.

Para Martins (2004), o avanço na modernização agrícola, trouxe sobretudo a expansão das fazendas e áreas agrícolas voltadas para a monocultura, como no caso da produção do café, que promoveu desde cedo no Brasil a conversão da terra em capital, onde hoje é o responsável por desconfigurar os antigos vínculos comunitários no campo, especialmente com o rompimento dos laços tradicionais entre o homem e a terra.

Logo, o processo de mercantilização da terra sobre a vida humana, contribuiu para a intensificação das desigualdades socioespaciais, ao mesmo tempo, o trabalho deixou de ser parte fundamental da expressão da vida no âmbito coletivo, isto é, mudou para ser um instrumento de exploração e subordinação. Portanto, as populações estariam reféns apenas à lógica do lucro, onde a produção seria destinada apenas para o mercado, enquanto as populações estariam destinadas a um contexto onde o acesso a recursos básicos, reflete a condição de existência, portanto, os grupos menos favorecidos tornassem vulneráveis.

Em complemento, uma das características da proposta da Revolução Verde era o discurso de aumentar a produção de alimento e erradicar a fome global. Entretanto, mesmo após alcançar um considerável aumento na produção mundial por meio de novas técnicas agrícolas e da expansão das áreas de cultivo, o objetivo de eliminar a fome não foi atingido. Além disso, o processo acabou concentrando o controle da produção e distribuição de alimentos nas grandes indústrias e corporações do agronegócio, como JBS e Marfrig Global Foods, que passaram a dominar o setor de acordo com Altieri (2012).

Nesse contexto, apesar da busca pela sustentabilidade e segurança alimentar, é difícil superar o sistema de produção de alimento global, mesmo após compreender que hoje é o maior vetor da destruição da

biodiversidade no planeta terra, também o segundo determinante das mudanças climáticas, ficando somente atrás das queimas de combustíveis fósseis, de acordo com Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

A produção de alimento em larga escala movimenta bilhões por ano, dentro de uma rede globalizada de produção e consumo, torna as desigualdades econômicas ainda mais acentuadas conforme Marx havia previsto, isto é, ao concentrar o capital em corporações, acaba marginalizando os pequenos produtores e comprometendo a distribuição de alimento local, portanto, prejudicando a soberania alimentar e intensificando as formas de exploração.

Para Congost e Lana (2007), o direito à terra na Europa, assim como, as transformações entre os séculos XVI e XIX, compreende que as estruturas contemporâneas de dominação econômica, isto é, as desigualdades e exclusões dos grupos comunitários são uma parte do modelo de controle de mercado global. Sob tal perspectiva, os processos estruturais de propriedade fundiária implicam diretamente com as relações socioespaciais, manifestando-se na concentração de terras, perseguição de pequenos produtores, na subversão de valores e dependência das comunidades locais em relação aos mercados globais que enfraquece as práticas agrícolas de grupos tradicionais.

Considerando isso, se faz necessário romper com o modelo global hegemônico de produção, pois a concentração de terras e recursos como observado vem trazendo sérios problemas para vida humana e o equilíbrio natural do planeta. Desse modo, os pesquisadores insistem que as políticas públicas devam priorizar um modelo que incentive a segurança alimentar e a autonomia produtiva dentro dos territórios.

Tal como se observa em Congost e Lana (2007), o domínio da terra foi historicamente construído através das disputas, cercamentos e processos de concentração, onde os campos abertos foram transformados em áreas fechadas, espaços que muitas vezes foram tomados de populações originárias, partindo do deslocamento forçado ou do extermínio deliberado, parcial ou total das comunidades originárias.

Portanto, o cerceamento de áreas comuns estão desde sempre presente nas práticas do agronegócio global. Com base nisso, as terras

que são apropriadas pelas corporações tendem a manter séculos de exclusão e subordinação por meios fundiários, onde o valor do território é compreendido apenas como um espaço para a produção.

Observa-se como no caso do Brasil, onde as contradições fundiárias são evidentes, o território está longe de reconhecer a centralidade da soberania alimentar, mas é um cenário propício para superar as imposições e demandas no modelo de produção global.

Ainda no caso do Brasil, o país tem um enorme potencial para a transição do modelo de produção de alimento, pois possui grandes extensões de terras propícias para o cultivo, além de uma grande diversidade de tradições com a terra entre os agricultores, indígenas e quilombolas.

Segundo Martins (1981), se discute os deslocamentos forçados, a favor dos processos da modernização e expansão capitalista no campo, isto é, torna-se a necessidade de reorganizar os territórios e as relações sociais que os estruturam, portanto, a lógica de exclusividade em produzir para o mercado serve para reforçar o rompimento com as formas tradicionais de apropriação da terra e da soberania local que prioriza qualidade de vida.

Em vista disso, os sistemas alimentares locais que seguem as bases agroecológicas, como no caso das hortas comunitárias, quintais agroecológicos e cultivos familiares, apresentam-se como à base da reforma agrária popular, pois fortalece as economias de seguimento comunitário. Logo, compreender que não é apenas uma alternativa técnica, mas uma ação necessária para as políticas públicas.

Dessa forma, o modelo global de produção de alimento encontra-se integrado a uma lógica técnico-científica instrumental, isto é, a técnica quando apropriada pelo capital, no caso, os saberes ancestrais dos povos com o solo, deixam de serem instrumentos da emancipação do coletivo para se tornar parte dos meios de dominação, de acordo com as ideias de Santos (2006).

Essa questão sobretudo no contexto globalizado, impõem que os modos de vida agora seguem uma racionalidade única, onde a produção que ocorre através das grandes indústrias com a monocultura, impõem sua vontade sobre as múltiplas realidades territoriais, ou seja, não é

importante observar as peculiaridades e as questões que envolve as necessidades dos povos com seu território.

Nesse sentido, a homogeneização está vinculada para a aceleração do tempo, especialmente a favor do mercado, de modo a ser a constante padronização do uso intensivo do maquinário, químicos e biotecnologias. Esse último fator em questão quando atrelado as sementes e alimentos transgênicos, desconsidera tanto as necessidades como as práticas ecológicas e culturais nos territórios, na qual, submete a uma despossessão dos saberes locais.

Para Santos (2006), a imposição de um sistema global que, ao mesmo tempo em que busca integrar os espaços, também é responsável por excluir e subordinar relações anteriormente existentes, aprofunda as desigualdades entre aqueles que controlam os fluxos e os que apenas sofrem com seus efeitos.

Com base nesse cenário, os saberes tradicionais atrelado as necessidades comunitárias, vai de encontro com a lógica perversa da razão instrumental de acordo com Santos (2006). Logo, a autonomia dos territórios é entendida não somente pela resistência, mas como um papel contra racional que é capaz de resgatar as origens naturais dos homens, onde os valores e vínculos com o lugar são as bases para a criação de um novo modelo global.

Em síntese, esse ideal desprende-se das expressões mais sofisticadas de um poder estrutural do capital sobre o espaço, como observado, os sujeitos locais nesse modelo autônomo poderiam decidir sobre os rumos do seu desenvolvimento, como os agentes ativos que realmente são, de maneira a transformar territórios para além da dominação econômica.

3 A RUPTURA INTENCIONAL QUE LEVA AO DECLÍNIO

A construção de um futuro sustentável para boa parte da população global, é apenas um modelo utópico a ser imaginado, pois esse ideal vai de encontro a uma espécie de paraíso, no qual o homem se encontraria ligado intimamente com a natureza. De igual modo, analisando a vida social, econômica e cultural de populações tradicionais, é possível observar profundas transformações que ocorreram em seus modos de vida com o

avanço da industrialização e modernização urbana, portanto, isso acaba por contribuir com a perda do imaginário acerca das possibilidades para a sustentabilidade.

Para Candido (1997), ao descrever a vida caipira tradicional, passa a retratar as bases da autossuficiência econômica, organização familiar do trabalho agrícola e a relação íntima com a terra, como uma existência estável e integrada ao meio, seguindo ritmos lentos e valores comunitários, isto é, as famílias produzem para consumo e troca aquilo que excede, fazendo parte de uma economia de subsistência e reciprocidade.

Por outro lado, a lógica de mercado rompe os modos de vida tradicionais e transforma a terra em uma mera mercadoria, como visto anteriormente. Até mesmo a figura simbólica do caipira, embora menos discriminada que a dos povos indígenas e quilombolas, encontra-se presa em um processo de desaparecimento, tanto social quanto simbólico.

Portanto, romper essa a lógica de dependência é fundamental para a valorização da vida humana, durante a pandemia de Covid-2019, o MST entregou por meio de doações mais de 6 mil toneladas de alimentos a populações de comunidades vulneráveis, isso por si só demonstra a capacidade de produção autônoma e solidária segundo os dados oficiais do site do MST em 14 de janeiro de 2022.

Convém sublinhar, o rompimento da hegemonia do mercado é funcional quando o Estado se encontra separado ou excluído das grandes redes globais de produção e consumo. Por exemplo, após o colapso da União Soviética em 1991, a população de Cuba perdeu cerca de 80% das suas importações de alimento, combustível e insumos agrícolas segundo Trainer (2008). Cabe destacar, o país tinha um modelo agrícola industrializado e altamente dependente, onde foi obrigado a reconstruir seu sistema alimentar de maneira autônoma.

Logo, as políticas públicas que apoiavam à agroecologia urbana e periurbana, através das cooperativas, conseguiram desenvolver o seu sistema alimentar para a produção local, de maneira ecológica e menos dependente do mercado externo. Para Altieri e Funes-Monzote (2012), cerca de 50% das hortaliças consumidas em Havana vinham da agricultura urbana entre os anos 2000.

Assim, romper com as práticas globais de dominação alimentar é possível, especialmente graças as iniciativas que estão em curso por todo

mundo. Contudo, a produção local descentralizada e baseada em práticas agroecológicas de gestão comunitária, são fatores que ainda é pouco valorizado pelo coletivo, pois saberes tradicionais vai contra a uma lógica de sociedade doutrinada nos moldes industriais de produção.

Portanto, embora sejam evidentes as práticas ecológicas viáveis capazes de romper com a dependência do Estado e, simultaneamente, reduzir a concentração das grandes indústrias alimentares globais, observa-se que as constantes demandas do agronegócio e das redes externas de distribuição continuam a exercer controle sobre os modelos sustentáveis, impondo-se a eles e redefinindo a subvenção estatal como elemento determinante das relações produtivas, conforme as observações de Secreto (2021).

Todavia, é justamente devido à concentração dessas cadeias de produção que se explica a inviabilidade dos sistemas camponeses ecológicos, historicamente marginalizados pelas políticas estatais. A ideologia do progresso, vinculada ao agronegócio, consolidou-se como o principal fator para o baixo interesse público e institucional em políticas de desenvolvimento sustentável. Assim, somente a ruptura desse ciclo de imposições poderá possibilitar, de fato, a construção efetiva da soberania alimentar.

4 OS CAMINHOS DESIGUAIS DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DENTRO DO MERCADO

A variação de preços e a dependência do Estado não são casos isolados, mas resultados das relações estruturais dos modos de produção capitalista, que submetem o agricultor a uma posição subordinada dentro do sistema agrário, segundo Carvalho (2016). De igual modo, o campesinato contemporâneo resiste graças à sua autonomia produtiva e também enquanto classe social, apresentando uma lógica própria de organização econômica e de modo de vida.

Por outro lado, sofrem com a integração desigual no mercado, onde são reféns da oscilação de preços dos produtos agrícolas, especialmente dos grandes grupos econômicos das bases alimentares. Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRÁ, 2020),

no período de 2003 a 2010, observou-se um aumento significativo na concentração fundiária no Brasil. As grandes propriedades ampliaram suas áreas em um total de 104 milhões de hectares, elevando a participação das terras agrícolas de 51,63% para 56,12%. Ao mesmo tempo, evidencia-se uma profunda discrepância na destinação de recursos públicos: enquanto os programas voltados à agricultura familiar receberam cerca de R\$ 14,8 bilhões, o agronegócio corporativo foi contemplado com aproximadamente R\$ 360 bilhões no Plano Safra 2023/2024 (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, 2023).

Segundo Carvalho (2016), a reorganização dos sistemas alimentares é de suma importância para o fortalecimento da economia local, promovendo a soberania alimentar e a justiça social no campo. No entanto, para alcançar tal objetivo, é necessário primeiramente superar a crescente dependência das políticas públicas e dos subsídios estatais, pois, como observado nos dados acima, garantir a sobrevivência dos pequenos produtores torna-se uma batalha desigual. Isso ocorre porque o agronegócio dispõe de recursos e meios que mantêm os agricultores em posição de vulnerabilidade, o que explica por que ainda não foi possível superar os modelos convencionais de produção, bem como a crescente desigualdade no mercado alimentar.

Para Souza (2017), a narrativa em relação aos projetos oficiais, muitas das vezes ignoram as especificidades ecológicas e socioculturais locais, partindo por fases de exploração, destruição ambiental e conflitos fundiários, isto é, como no caso de Belo Monte, que, além de alagar áreas florestais importantes para a biodiversidade, também deslocou comunidades indígenas e ribeirinhas sem uma reparação condizente até os dias atuais.

Em complemento, os espaços rurais e urbanos no Brasil têm se reorganizado a partir de novas dinâmicas produtivas, embora grande parte dessa influência ainda decorra da presença do Estado e da lógica de mercado. De acordo com Bezerra e Silva (2018), há uma interdependência entre o rural e o urbano, ou seja, o campo não se limita às atividades agrárias e pecuárias, enquanto o urbano não se restringe apenas ao espaço da industrialização. Ambos são atravessados por intensos fluxos migratórios, de circulação de mercadorias e de

políticas públicas. Contudo, as transformações impulsionadas pelas novas formas de consumo, que seguem a lógica e os interesses de uma classe dominante, revelam-se prejudiciais, pois, em vez de fortalecer, acabam por sufocar a capacidade de adaptação e renovação da produção alimentar.

Assim, mais uma vez, deparamo-nos com um mercado regido pelas lógicas de concentração, especulação e controle por parte das elites agrárias, conforme descreve Castro (1984). É importante observar que o que impede as populações pobres de terem acesso a alimentos de qualidade e a preços acessíveis está relacionado à falta de intervenção adequada do Estado, o que reforça uma desigualdade estrutural, na qual o pobre passa fome não pela ausência de comida, mas pela impossibilidade de acessá-la quando necessita.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho trouxe uma reflexão acerca das questões que envolvem a produção de alimentos no modelo de sociedade contemporânea, evidenciando as dinâmicas econômicas voltadas tanto para o mercado interno quanto para o externo. O foco esteve na possibilidade de romper com os modelos de monocultura, ao mesmo tempo em que se busca a renovação por meio de alternativas que valorizem os saberes locais e comunitários. Compreende-se, assim, que priorizar as reais necessidades de produção, bem como as demandas pela sustentabilidade e soberania alimentar locais, representa um contraponto ao modelo vigente, que tende a extinguir e desvalorizar outros meios de produção.

Além disso, a relação de dependência das comunidades em relação ao Estado, são sujeitas à distribuição de recursos conforme os interesses de grandes grupos alimentares, portanto, é compreendida como resultado da ausência de políticas públicas eficazes. Essa carência afeta, sobretudo, os grupos menos valorizados e marginalizados, que têm na relação com a terra a base de seu sustento e identidade familiar.

Dessa forma, o estudo aponta para a necessidade de estruturar e fortalecer as políticas ambientais em articulação com práticas de cultivo sustentável, bem como superar a imposição de subalternização na

América Latina. Essa superação é especialmente relevante no caso do Brasil, país que possui grande potencial para desenvolver novas formas de produção, livres da dependência de insumos químicos e de modelos exploratórios.

Por fim, é importante destacar que a produção de alimentos não deve ser vista como responsabilidade de um único agente em um contexto global, mas como resultado da soberania alimentar local, na qual coexistem diferentes grupos ativos no território — comunidades tradicionais, trabalhadores familiares, agricultores urbanos, cooperativas, grupos quilombolas, povos indígenas e mulheres engajadas — todos comprometidos em produzir de forma sustentável para garantir a qualidade de vida de suas famílias.

Portanto, a produção autônoma, desvinculada da dependência exclusiva do Estado e das políticas voltadas ao agronegócio e aos grandes setores produtivos, pode contribuir para reverter as desigualdades no acesso à terra. Os mais de 104 milhões de hectares concentrados em grandes propriedades poderiam ser convertidos em áreas destinadas à produção de base tradicional, promovendo, assim, um modelo sustentável capaz de enfrentar a crise alimentar e reduzir a concentração fundiária no país.

REFERÊNCIAS

ABNT. ALTIERI, Miguel A; FUNES-MONZOTE, Fernando R. “O paradoxo da agricultura cubana: a necessidade de uma transformação agroecológica”. **Monthly Review Brasil**, v. 3, n. 25, jan. 2012.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Plano Safra 2023/2024: com adição de recursos próprios, **BNDES**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.bndes.gov.br/agro/Plano-Safra-2023-2024-com-adicao-de-recursos-proprios-BNDES-tera-R%2438,4-bi-valor-recorde>. Acesso em: 01 jun. 2025.

BEZERRA, Josué Alencar; SILVA, Cicero Nilton Moreira. “Entre o rural e o urbano interiorizado”. **Mercator** - Revista de Geografia da UFC, vol. 17, set., 2018.

CANDIDO, Antônio. “A situação presente”. *In: _____*. **Os parceiros do Rio bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Ed. 34, 1997.

CANDIDO, Antônio. “A vida caipira tradicional”. *In: _____*. **Os parceiros do Rio bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Ed. 34, 1997.

CARVALHO, Horácio Martins de. “A expansão do capitalismo no campo e a desnacionalização do agrário no Brasil”. **Acervo do Combate ao Racismo Ambiental**, 07 jun. 2013. Disponível em: <https://acervo.racismoambiental.net.br/2013/06/07/a-expansao-do-capitalismo-no-campo-e-a-desnacionalizacao-do-agrario-no-brasil-por-horacio-martins-de-carvalho1/> Acesso em: 15 jul. 2025.

CARVALHO, Horácio Martins. O campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social. *In: STEDILI, João Pedro (Org.)*. **A questão agrária no Brasil**: Interpretações sobre o camponês e o campesinato. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome o dilema brasileiro**: pão ou aço. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CONGOST, Rosa; LANA, José Miguel. **Campos cerrados, debates abiertos**: Análisis histórico y propiedad de la tierra en Europa (siglos XVI-XIX): Pamplona: Universidad Pública de Navarra, 2007, p. 21-52.

FAO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2022**. Rome: United Nations, 2022.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2009.

FERRERAS, Norberto. “Escravidão Contemporânea: revendo e atualizando discussões”. *In: RIBEIRO, Vanderlei V; SECRETO, Maria Verônica*. **O Rural na América Latina**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2021.

INCRA. **Relatório sobre estrutura fundiária no Brasil**. Brasília: Governo Federal, 2020.

MARTINS, José de Souza. “Formação da Fazenda de Café: conversão da renda em trabalho capital”. *In: MARTINS, José de Souza*. **O cativo da Terra**. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

MARTINS, José de Souza. As coisas no lugar. *In: MARTINS, J. S.* **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: UNESP, 2010.

MST. **MST ultrapassa 6 mil toneladas de alimentos doados durante a pandemia**. 14 jan. 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/01/14/mst-ultrapassa-6-mil-toneladas-de-alimentos-doados-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 15 jul. 2025.

PATEL, Raj. **O Valor de Nada**: por que tudo tem um preço e nem tudo tem valor. São Paulo: Record, 2009.

ROSSET, Peter; MACHÍN-SOSA, Braulio; ROQUE-JAIME, Adilén M.; AVILA-LOZANO, Dana R. O Movimento de Agroecologia Camponesa para Campesino da ANAP em Cuba. **Journal of Peasant Studies** 38, p.161-91, 2011.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: EDUSP, 2006.

SCHANBACHER, William D. **The Politics of Food**: The Global Conflict Between Food Security and Food Sovereignty. Santa Barbara: Praeger, 2010.

SECRETO, Maria Verônica. “Desigualdades e história agrária. Comparações possíveis na América Latina”. *In: RIBEIRO, Vanderlei V; SECRETO, Maria Verônica*. **O Rural na América Latina**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2021.

SOUZA, César Martins de. “Da Transamazônica a Belo Monte: desenvolvimento e impactos socioambientais na construção de megaempreendimentos na Amazônia”. *In: RIBEIRO, Vanderlei V; SECRETO, Maria Verônica*. **Agrarismos**: estudos de história e sociologia do mundo rural contemporâneo. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

TRAINER, Ted. **The Transition to a Sustainable and Just World**. Sydney: Envirobook, 2008.

VILJOEN, André; BOHN, Katrin; HOWE, Joe (org.). **Continuous Productive Urban Landscapes**: designing urban agriculture for sustainable cities. Oxford: Architectural Press, 2005.

INSTITUTO DE
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
E PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO
DO PIAUÍ - **INTERPI**



GOVERNO DO
PIAUI
AQUI TEM TRABALHO.
AQUI TEM FUTURO.



Avanços e Desafios da Regularização Fundiária

APOIO

Fadex



PATROCÍNIO



Banco Interamericano
de Desenvolvimento



Investindo nas populações rurais

REALIZAÇÃO



LESTU
Editora